



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FRONTEIRAS CIS TEMÁTICAS ENTRE A VULNERABILIDADE E A ASCENSÃO  
SOCIAL: Ideologias *Cisterroristas* e Processos Sociais Transgressores**

**JOÃO PESSOA**

**2024**

**FLÁVIO BRITO RODRIGUES**

**FRONTEIRAS CIS TEMÁTICAS ENTRE A VULNERABILIDADE E A ASCENSÃO  
SOCIAL: Ideologias *Cisterroristas* e Processos Sociais Transgressores**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientador:** Pedro Francisco Guedes do Nascimento

**JOÃO PESSOA**

**2024**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

R696f Rodrigues, Flavio Brito.

Fronteiras Cis temáticas entre a vulnerabilidade e a ascensão social : ideologias cisterroristas e processos sociais transgressores / Flavio Brito Rodrigues. - João Pessoa, 2024.

40 f.

Orientadora : Pedro Francisco Guedes Nascimento.  
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas , Letras e Artes, 2024.

1. Autoetnografia. 2. Cisgeneridade. 3. Interseccionalidade. I. Nascimento, Pedro Francisco Guedes. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 39-055.3

**FLÁVIO BRITO RODRIGUES**

**FRONTEIRAS CIS TEMÁTICAS ENTRE A VULNERABILIDADE E A ASCENSÃO  
SOCIAL: Ideologias *Cisterroristas* e Processos Sociais Transgressores**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

**Aprovado em:** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

---

Orientador/a: Prof.<sup>a</sup> Pedro Francisco Guedes do Nascimento

---

Prof.<sup>a</sup> Luciana Maria Ribeiro de Oliveira

---

Prof. Eliane da Conceição Silva

## AGRADECIMENTOS

Devo gratidão a muita gente que contribuiu direta e indiretamente para que esse trabalho fosse executado, a cada um que depositou fé no que sou e no que faço e até mesmo a quem desacreditou preciso agradecer, pois encontrei forças muitas vezes no desafio. Ao professor Pedro Nascimento, assim como toda a banca que é composta felizmente por docentes especiais, pessoas sensíveis ao contexto e trajetória do discente, obrigado profa. Luciana Ribeiro e profa. Eliane Silva. Muitas pessoas estão envolvidas na rede que me apoiou nesse processo. Todo socorro que me foi concedido foi útil e necessário desde um prato de comida para me manter de pé um dia após o outro, até conversas e diálogos que me sustentaram na fé de que seria possível concluir esta graduação.

Quero agradecer a mulher que me colocou neste mundo por sua existência e resistência em meio a precariedade que experimenta desde muito antes do meu nascimento, ela foi, mesmo que distante, a minha maior motivação em continuar resistindo também. Agradeço infinitamente a tantos amigos leais que estiveram acompanhando minha luta em 8 anos dentro da universidade, aqueles que me cederam tempo, cigarros e café. Meu muito obrigado a Juliana França, Rayssa Castro, Mariana Ramalho, Maria Rita, Milena Olinto, Leslie Kauana, Ma Bleuler, Jacson Schwengber, Beatriz Gonçalves, Lucibele Bento, Camila Rocha, Diulia Dantas, Ayra Benvenuti, Laiza Luma, Giovanna Ligia e mais uma pá de nomes que passaria o resto do texto adicionando aqui. Sem a empatia e parceria destas pessoas nada disso poderia estar acontecendo agora, ninguém transgride sozinho, é preciso uma rede de proteção e acolhimento para enfrentar uma rede de opressão.

*“Não existe lugar seguro no mundo para as pessoas que não são cisgêneras que vivem sua identidade de gênero aberta e publicamente. Quais são os privilégios que te impedem de enxergar essa realidade e tentar negar as violências?”*

Bruna Benevides

## RESUMO

Esta pesquisa estabelece um diálogo entre as experiências pessoais e as demandas sociais relativas a pessoas transgênero com o recorte racial e de classe, utilizando o método auto etnográfico como lente para analisar a trajetória de vida desde a infância até a universidade. O objetivo é identificar e evidenciar os fatores que moldaram essa trajetória, através de escritas e narrativas sistematizadas. As categorias conceituais debatidas na pesquisa são: cisgeneridade, cisterrorismo e interseccionalidade a partir das quais são realizadas as reflexões e análises. O primeiro capítulo, que introduz a pesquisa, contextualizando o método auto etnográfico e a relevância do tema; o segundo capítulo, que apresenta uma visão geral do conceito de cisgeneridade, contrastando-o com a experiência do autor. O capítulo quatro, e os subtópicos que se originam desse, apresentam relatos cronológicos sobre a descoberta da identidade, a trajetória educacional e a inserção social, evidenciando os desafios e as conquistas ao longo do percurso. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados e discutindo suas implicações teóricas e práticas. A partir de uma análise de conteúdo (as narrativas), possibilitou o aprofundamento dos fenômenos da vida pessoal na interface com os fenômenos do âmbito macro das questões sociais que os envolvem, dialogando com os principais conceitos do aporte teórico que embasa a pesquisa.

**Palavras-chave:** Autoetnografia. Cisgeneridade. Cisterrorismo. Interseccionalidade.

## ABSTRACT

This research establishes a dialogue between personal experiences and social demands related to transgender people with a racial and class perspective, using the autoethnographic method as a lens to analyze the life trajectory from childhood to university. The objective is to identify and highlight the factors that shaped this trajectory, through systematized writings and narratives. The conceptual categories discussed in the research are: cisgenderism, cisterrorism and intersectionality, from which reflections and analyses are carried out. The first chapter introduces the research, contextualizing the autoethnographic method and the relevance of the topic; the second chapter presents an overview of the concept of cisgenderism, contrasting it with the author's experience. Chapter four, and the subtopics that originate from it, present chronological accounts of the discovery of identity, the educational trajectory and social insertion, highlighting the challenges and achievements along the way. Finally, the last chapter presents the final considerations, summarizing the main findings and discussing their theoretical and practical implications. Based on a content analysis (the narratives), it was possible to delve deeper into the phenomena of personal life in the interface with the phenomena of the macro scope of the social issues that surround them, dialoguing with the main concepts of the theoretical framework that underpins the research.

**Keywords:** Autoethnography. Cisgenderism. Cisterrorism. Intersectionality.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>  | <b>9</b>  |
| <b>2 O MUNDO CISGENERO E A LÓGICA OPRESSORA DOS CORPOS FÍSICOS E IDENTIDADES SOCIAIS</b>           | <b>13</b> |
| <b>3 A DESCOBERTA DE SI, O RECONHECIMENTO E A VULNERABILIDADE SOCIAL</b>                           | <b>20</b> |
| <b>3.1 Escrivência 1: Do campo à cidade, do casulo à borboleta</b>                                 | <b>20</b> |
| <b>3.2 Escrivência 2: Da liberdade de voar aos novos casulos</b>                                   | <b>21</b> |
| <b>3.3 Relato 2: Os primeiros sistemas e sintomas disfóricos</b>                                   | <b>22</b> |
| <b>3.4 Relato 3: Fim do ensino médio (a procura de si mesmo)</b>                                   | <b>25</b> |
| <b>3.5 Relato 4: O encontro com o mundo cisgênero, da tomada de consciência de si e dos outros</b> | <b>25</b> |
| <b>3.6 Relato 5: Início da transição hormonal (“Passabilidade” - a inserção social)</b>            | <b>30</b> |
| <b>3.7 Relato 5: O encontro com a Universidade</b>   | <b>33</b> |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <b>35</b> |
| <b>5 REFERÊNCIAS</b>   | <b>38</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizo uma pesquisa autoetnográfica com o objetivo compreender a relação entre as experiências pessoais de um corpo dissidente dentro da estrutura social cisnormativa e a colonialidade da normatividade. Para isso, a pesquisa teve como objetivos problematizar a estrutura de poder na organização social e a manutenção sistemática da dominação, dando enfoque à perspectiva de um padrão de dominação cisgênera; Parte do relato de experiências pessoais do pesquisador enquanto sujeito parte de um grupo dissidente colonizado pela normatividade para refletir e analisar questões de opressão e ascensão social pela perspectiva ideológica de padrão macrosocial acerca de posições e visões estigmatizantes que inferiorizam algumas minorias, como corpos dissidentes, e correm num giro natural que silencia suas vozes.

Na minha experiência pessoal, enquanto sujeito social, construí memórias e desenvolvi percepções sobre o todo externo que me cerca e me inventa. Dessa forma, procuro aqui trazer relatos críticos sobre alguns fatos marcantes durante o período de autodescoberta de mim mesmo, da afirmação, do reconhecimento e da vulnerabilidade social. Essas memórias foram reconstituídas segundo a minha autorreflexão crítica atual construída ao longo de uma caminhada entre os paralelos das teorias estudadas e da vida prática, não mais olhando para estas apenas enquanto afeto/emoção, mas como objeto de análise dos fenômenos sociais experimentados.

Sendo eu, homem transgênero, negro e vindo da classe pobre, natural do alto sertão paraibano, falo do lugar da fome, do lugar do oprimido, do lugar falado que raramente é lugar falante. Fui o único da família de cinco irmãos que concluiu o ensino médio e ingressou na universidade, ainda que tardiamente, devido todo o contexto conturbado na corrida pela sobrevivência física (primeiramente, fugir da fome) e psíquica (fugir dos estigmas sociais e disforias).

Alguns sujeitos experimentam gratuitamente os preconceitos criados por uma ideologia violenta, que não se manifesta apenas materialmente ou fisicamente, mas que age por meio de símbolos ou valores atribuídos e absorvidos pela sociedade, de modo que muitas vezes é internalizada pelas vítimas deste recurso de dominação e opressão com naturalidade. Essa exclusão imediata e espontânea a partir da leitura social, conseqüentemente, anula as possibilidades de visão do próprio sujeito para o mundo e no mundo, ou seja, um estigma

social pode reduzir uma pessoa a uma definição estereotipada e violentá-la sutilmente encaixando-a num perfil desviante conforme o padrão ideal (Bourdieu, 1999).

A cisgeneridade como categoria normativa é, portanto, um dos campos epistemológicos a ser problematizado aqui. O termo cisgênero designa pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. No presente trabalho, esta categoria corresponde ao lugar de dominação social, refere-se à posição normativa de gênero. (Vergueiro, 2015)

A relação entre sociedade e sujeito envolve valores e interesses dominantes que se reproduzem nas camadas sociais como padrões referenciais ideais. No caso do Brasil, sua estrutura cultural e histórica se constrói em cima do padrão branco, cisgênero e heteronormativo. Essa configuração tem enterrado muitos corpos como o meu antes dos 40 anos, na maioria das vezes muito mal vividos.

Os fatos que as estatísticas nos apontam sobre estimativas de vida de grupos sociais tais como a população negra e a população LGBTQIAPN+ em nosso país mostram evidências comprobatórias acerca desse fenômeno social. O índice de ataques e assassinatos a esses grupos é uma constante histórico-cultural. O mais recente levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), publicado no ano de 2023, aponta que o Brasil seguiu na liderança mundial como o país que mais assassinou pessoas trans pelo décimo quinto ano consecutivo, tornando crônica a questão e demandando cada vez mais estratégias de combate e enfrentamento à violência direta ou indireta, física ou simbólica que persegue e extermina esses corpos, motivadas na maioria das vezes pelo ódio e repulsa. Ainda de acordo com os dados da ANTRA, a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil é de até 35 anos de idade (Benevides, 2024).

A fronteira entre a vida e a morte propõe um estado de alerta constante para nós, pessoas trans, pois requer maior esforço para existir, maior resistência para ser. É preciso transgredir e submeter todo um esquema alicerçado numa ideologia cisgênera para se afastar ou ao menos reduzir os riscos dessa fronteira.

A inclinação que motivou a escrever este trabalho vem do meu processo de aprendizagem e transições (físicas, mentais e sociopolíticas) nas experiências de vida durante a trajetória social caótica da infância até a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba. É um trajeto complexo, relacionado em todo percurso a fenômenos e problemáticas sociais crônicas e sintomáticas como raça, classe e gênero. Atravessar tal

percurso carregando na bagagem todas essas questões me trouxe inúmeros atrasos em qualquer corrida que competisse.

Ao longo da graduação, estive estudando e trabalhando sempre em mais de um lugar, o que me levou a precisar solicitar alargamento de prazo, ou seja, utilizar o dobro de tempo de curso (8 anos) para concluir. A sobrevivência me exigiu múltiplas habilidades, nesse meio tempo trabalhei como garçom, *barman*, auxiliar de cozinha, auxiliar de pedreiro etc., ao passo que cumpria minha carga horária obrigatória na Universidade, entendendo que a Academia também se configurava como um trabalho do qual não podia abrir mão. Esse déficit no desempenho acadêmico é justificado pelo contexto capitalista que impõe àquele que é desprovido de qualquer apoio financeiro que precisa suprir suas necessidades básicas sozinho, ou seja, para comer e vestir terá que ir buscar isto antes de qualquer outra coisa. Sendo assim, precisei trocar muitas vezes meu tempo livre por teto e comida durante o período do curso na cidade de João Pessoa. Para administrar a rotina em empregos subalternos, paralela à rotina acadêmica, precisei transgredir não apenas meus próprios limites mentais, intelectuais, mas também físicos e emocionais.

Não seria tarefa para concluir em quatro anos, enfrentar a dinâmica acadêmica paralela à realidade proletária em que me inseri desde os dezoito anos de idade nas cidades por onde passei para garantir o básico da sobrevivência na corrida número um contra a fome. Experimentando o mundo capitalista, longe dos vínculos familiares, lutando para efetivar acesso por direitos, condições dignas de vida. Isto porque o corpo pede pão antes da consciência pedir direitos. A partir dessa noção racional de sobrevivência, o trabalho faria mais sentido que a academia. Não bastando o fator econômico como desafio, ainda se torna mais áspero o caminho para uma estabilidade financeira e qualidade de vida quando se vive preconceito e discriminação social de perto e em amplos sentidos, desde racismo à transfobia, que relatarei mais à frente.

Na crença de que os oprimidos têm e precisam falar por si próprios sobre suas percepções sociais e estas precisam ser lidas, pensadas e analisadas também a partir dos mesmos, busca-se perfurar algumas estruturas rochosas construídas dentro do conhecimento científico, compreendendo que o domínio do saber é distribuído conforme os interesses dos dominadores. A configuração de papéis sociais aplicada na sociedade, exerce função de controle sobre as relações e as ações dos indivíduos.

Desde o surgimento das Ciências Sociais, há um amplo debate sobre as possibilidades de produção de conhecimentos no campo da ação humana, sendo a Antropologia a vertente

que tensiona as perspectivas mais tradicionais e positivistas, que determinam que a relação entre quem pesquisa e quem é pesquisado deve estar em separado, como se o conhecimento científico assim sendo fosse imparcial para ser validado. (Haraway, 2009; Abu-Lughod, 2018; Clifford, 1998, Spivak, 2010). A partir das ferramentas teórico-metodológicas da Antropologia, evidencia-se que a produção científica nunca é imparcial, e que para além de “cobaias”, determinados corpos podem e devem falar sobre si, assim como existe relevância indiscutível em serem considerados, também meios de garantia de que esse conhecimento cumpra as exigências da ciência, enquanto desvelamento de fenômenos sociais e como estes são vivenciados.

A escolha metodológica que dialoga com a proposta da pesquisa veio a ser a autoetnografia, referenciada em Viviane Vergueiro (2015) enquanto um método de pesquisa que potencializa vozes trans na perspectiva da transformação dessa configuração social onde ela sugere um processo “decolonial”: “As autoetnografias trans, portanto, podem se configurar como parte de um processo decolonial de gênero, recusando-se às limitações epistemológicas dominantes neste ‘campo’...” (Vergueiro, 2015, p. 25).

Segundo Santos (2017), a autoetnografia parte da experiência individual para a interpretação coletiva, considerando a relevância da análise dos fenômenos sociais a partir de quem os vivencia.

Autoetnografia vem do grego: *auto* (*self* = “em si mesmo”), *ethnos* (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho* (escrever = “a forma de construção da escrita”). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve) (Doloriert; Sambrook (2012); Reed-Danahay (1997) apud Santos, 2017, p. 218)

Sendo assim, o presente trabalho divide-se em 4 capítulos: 1) O primeiro é introdutório, a fim de apresentar o objeto da pesquisa, a relação com este enquanto pesquisador e enquanto sujeito, escolhas metodológicas e formatação do trabalho; 2) O segundo, voltado a discutir o fenômeno social problematizado e as possíveis consequências sociais acarretadas por isto, que acabam lesionando a cidadania e humanidade de muitos corpos dissidentes (pessoas trans especificamente), representadas aqui pela apresentação, interpretação e análise dos meus relatos autobiográficos para fazer um paralelo ilustrativo da questão discriminatória que envolve dois grupos de pessoas: as *cisgêneras* e as *não cisgêneras*; 3) O terceiro capítulo traz as reflexões e críticas sobre o lugar que me é tomado

diariamente, a partir de escrituras autobiográficas recuperando o termo cunhado por Conceição Evaristo como uma escrita que emerge das vivências, essas escrituras me possibilitam remontar aqui episódios de destaque nesta trajetória individual acerca da opressão social inserida em ordem cronológica de cada fase que vivenciei e que me construíram como pessoa no mundo. Através de reflexões críticas sobre essas experiências, procuro analisar as bases que sustentam a ideologia opressora sobre os corpos não cis; 4) Por fim, na conclusão busco evidenciar a interseccionalidade de fatores que denunciam a condição opressora aqui tratada ao mesmo passo que visibiliza processos de resistência frente às estruturas cisterroristas.

Este trabalho se trata da conciliação perspicaz entre o almejado e o possível, tentando aproximar o real do ideal, o estudante do estudado, o pesquisador do pesquisado, diante de uma trajetória interrompida por diversos fatores externos. Situar e relacionar as minhas próprias experiências enquanto corpo vulnerável atuante no espaço social cisgênero, branco e elitista que me trouxe muitas inquietações e reflexões críticas sobre este lugar.

## **2 O MUNDO CISGENERO E A LÓGICA OPRESSORA DOS CORPOS E IDENTIDADES SOCIAIS**

Torno-me um ser político quando me vejo em mim mesmo e me faço visto pelos outros, quando compreendo do que se trata a cisgeneridade e que ela é uma categorização política da organização social a respeito dos corpos; quando descubro que sou também um ser de direitos no mundo social onde convivo e circulo. As alterações corporais e jurídicas evidenciaram o que me separa e o que me une ao todo normativo, ou seja, descobri até onde me aproximo e me distancio da cisgeneridade.

Antes de mais nada, é preciso trazer um breve histórico sobre os termos citados para compreendermos como se dão as relações de gênero e a dominação da cisgeneridade sobre os corpos e seus comportamentos, para então ser possível visualizar como o *Cistema* funciona e atua violentamente na existência trans. Para Viviane Vergueiro, a cismatimidade introjeta sua verdade no pensamento social como natural através de *cistemas* que conservam a ideia de coerência dos corpos dentro de um padrão de normalidade.

Os enfrentamentos às cismatimidades em sistemas acadêmicos devem estar atravessados, portanto, tanto pelo reconhecimento desses saberes já produzidos em vários espaços por pessoas de corpos e identidades de gênero diversas (para além, inclusive, da 'ampla blogosfera trans\*' apontada por Katherine Cross, envolvendo

similarmente os conhecimentos das ruas e pistas, as contações e babados trans e travestis), quanto pelo seu acesso e permanência a estes sistemas, implicando em transformações institucionais decorrentes deste reconhecimento e destas inserções na academia (Vergueiro, 2015, p. 79).

A base por onde tenta-se compreender a construção do ideal cisgênero pode ser pensada através do conceito cunhado por Berenice Bento (2011) “heteroterrorismo” que é ressignificado aqui segundo a adaptação de Viviane Vergueiro (2015) pela perspectiva da transgeneridade como “*cisterrorismo*”, isto que em sua visão a configuração social está mais centrado na lógica cisgênera que pressupõe a lógica heteronormativa. Como afirma Jota Mombaça “o que está em jogo, no ambiente escolar, são muito mais as performances de gênero que aquelas ligadas à sexualidade” (Mombaça, 2015, p. 3)

Para melhor definir do que se trata a cisgeneridade no campo social, podemos dizer que ela é presumida como a condição de normalidade e naturalidade a partir da qual todos os corpos são posicionados (Hining; Toneli, 2023, p. 21). Os papéis de gênero, portanto, são estabelecidos mediante essa construção social redutora e divisora, baseada na organização social do trabalho que perpassa por questões de gênero, etnia, sexualidade e que categoriza os seres humanos conforme a dinâmica capitalista, transformando-os em produtos das definições elaboradas acerca da carne.

A necessidade utilitária dessa lógica limita a fluidez dos indivíduos e suas subjetividades dentro do âmbito social, define pela lógica corporal quem são os indivíduos, como devem agir e com quem podem se relacionar. Dessa forma, definem a cisgeneridade como o gênero verdadeiro ou o corpo verdadeiro, original.

Devo concordar aqui com Gayle Rubin (2017) quando compreende o gênero como uma construção útil para as sociedades, pois é preciso que haja uma dinâmica de diferenças para que as relações façam sentido, dando movimento e continuidade à sociedade. A construção de dominação de uma categoria sobre a outra produz o tal “sistema sexo-gênero” do qual fala Rubin (1984). Segundo ela, são meios pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica num produto da atividade humana. Ao discutir a transexualidade como conflito identitário, Bento (2006) nos leva a refletir de que modo a coerção e o controle social sobre os corpos limita as existências dos indivíduos “desviantes” do padrão cis-hetero-normativo.

Esse sistema, fundamentado na diferença sexual, nos faz acreditar que deve haver uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo. Vagina-mulher-emoção-maternidade-procriação-heterossexualidade;

pênis-homem-racionalidade-paternidade-procriação-heterossexualidade. As instituições estão aí, normatizando, policiando, vigiando os possíveis deslizes, os deslocamentos. Mas os deslocamentos existem (Bento, 2006, p. 13).

Entende-se que por meios das interações entre as pessoas dentro de uma sociedade é que ocorre o processo inclusivo ou excludente dos indivíduos dentro de uma organização social.

Do ponto de vista da interação simbólica, a organização social é uma moldura dentro da qual as unidades atuantes desenvolvem as suas ações. Elementos estruturais tais como “cultura”, “sistemas sociais”, “estratificação social” ou “papéis sociais” estabelecem condições para a ação de tais unidades, mas não as determinam (Blumer, 1937, p. 11).

O conflito nomeado “transtorno de identidade de gênero” nada mais é que a expressão desse desconforto imensurável que a violência causada pela leitura do corpo visto demanda, já que a forma como são vistos e lidos os corpos está dada no sentido biológico dentro de categorias que não atendem subjetividades de indivíduos, mas sim o que representa materialmente, em carne, por consequência suas interações com as pessoas e os ambientes sociais acontecem de acordo com essa interpretação.

Dessa forma, as cidades, as leis e a indústria (roupas, medicamentos, produtos íntimos etc.) foram projetados apenas para pessoas cisgênera binárias e é aí que o nosso indivíduo, nascido sem escolha e que não se adapta àquelas escolhas que a sociedade fez para ele, se confronta com o mundo das frustrações, exclusões e preconceitos. São estes os corpos violentados constantemente pelo “cisterrorismo”, um conceito que surge espontaneamente que exige um padrão corpo/sexo para as relações e realizações.

A cisgeneridade parece ser legítima e a transfobia naturalizada levando em conta os vícios sociais que carrega uma estrutura política e cultural na qual este trabalho está imerso e dessa maneira, automaticamente os indivíduos ‘não cis’ passam a ser alvo de perseguição. A intensidade e o grau dessas violências variam de acordo com as sociedades. Segundo Becker (1963), todo comportamento ou ação que se desvia do padrão e do consenso moral postos está à margem, possui algum déficit social, será julgado como inapto ou invalidado em seu desempenho social.

Em termos de violência, o Brasil é conhecido como “o país do transfeminicídio”. O transfeminicídio trata-se de uma política intencional e sistemática para eliminar a população trans motivada por ódio e nojo. As perseguições mais frequentes vistas todos os dias nas ruas e na mídia são casos geralmente ligados às mulheres trans ou travestis devido à sua

performance do feminino (que já é um elemento oprimido), porém o transfeminicídio também se aplica aos homens trans mediante a sua visibilidade pois, ao externar características biológicas do feminino, toma-se o lugar de segundo sexo, estando também vulneráveis às mesmas violências terríveis sofridas pelas mulheres.

A ideia binária e heterossexual que foi construída e fixada na sociedade ao longo do tempo, reduz as diversas possibilidades de existência. É como se as pessoas trans, por exemplo, passassem a ser uma espécie de terceiro gênero. Nos tornamos visíveis e fomos automaticamente patologizados pela medicina (psicanálise, psiquiatria), objeto de pesquisas científicas e alvo da negação social (Butler, 2009). Segundo Judith Butler (2003), a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos, o que sugere que homens são aqueles que possuem corpos com pênis e mulheres com vagina, enquadrando o gênero ao reflexo restrito do sexo. A autora ainda contesta o aparato pelo qual foi produzido o sexo, de modo a questionar sobre o sentido de definir o gênero como a interpretação cultural dos sexos. Ou seja, biologicamente falando, existe uma lógica binária pautada em morfologias genitais que negligencia por sua vez outros corpos biológicos (intersexos, por exemplo), mas apesar de conveniente e simplificadora tal lógica adotada, o elemento biológico apenas não contempla a ideia de gênero, este último pode ter mais do que apenas duas ou três formas de expressão. Pessoas podem não se encaixar nem no masculino, nem no feminino, identificar-se com ambos, ou com nenhum independente da morfologia física que carregam no corpo.

A condição das subjetividades dos indivíduos reais (utopicamente falando, seriam aqueles livres das construções sociais) é inevitavelmente submetida a suas interações e necessidade de significados e símbolos dentro de um padrão “universal” de funcionamento social, idealizado e aceito por uma maioria. Sutilmente a coerção social atua de forma eficaz na maioria das vezes, por outro lado, isto implica diversas violências psíquicas e físicas sofridas pela minoria desviante deste padrão ideal.

Em relação às pessoas transsexuais, essas violências ocorrem desde um olhar, uma abordagem policial (que inclusive é uma das mais violentas, pois é um contato direto ao corpo), o tratamento recebido em um hospital, o desrespeito e o constrangimento; até violências mais concretas como espancamentos e assassinatos. Desse modo, é tão absurdo o “não lugar” que ocupamos enquanto pessoas “não cis”, que somos exterminados todos os dias pela teimosia de resistir.

É interessante refletir que as pessoas possuem órgãos vitais idênticos, como coração, pulmão, cérebro, mas apenas por uma diferença genital (observada pela lógica útil da reprodução) elas são separadas automaticamente em duas categorias (feminino e masculino), de forma arbitrária, conforme nos ensina Judith Butler (2003). Tomando as palavras de Simone Beauvoir, “Ninguém nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 1980) trago a noção de coerção social de Durkheim que explica a pressão social sobre o indivíduo, assim posso dizer que o ser humano faz parte da sociedade e a sociedade faz o ser humano, torna-o aquilo que ela prevê. Chamo atenção para o verbo “tornar” sobre seu significado, ação e efeito na frase de Beauvoir “tornar-se”, que é muito mais violento do que se imagina, pois o tornar vem do “fazer tornar” uma indução, uma imposição que é muito precoce ao sujeito. Vejamos que um indivíduo, antes mesmo de nascer, já está destinado a uma determinada socialização. Parafraseando a autora, o feto só passa a gerar expectativas enquanto indivíduo após a identificação do seu sexo biológico. A partir do momento em que a criança é identificada, ainda na barriga, ela recebe uma identidade correspondendo ao sexo observado na ultrassonografia, a partir daí, passa a ser esperada e programada para exercer um papel masculino ou feminino.

O indivíduo chega num mundo programado, com seres humanos produzidos culturalmente que seguem a lógica conhecida e imediatamente, sem que este possa escolher ou simplesmente deixar fluir. Ele já se encontra enquadrado em uma das duas categorias biológicas que dividem a humanidade, enquadramento que se dá a partir da visão social baseada na natureza biológica dos corpos. O indivíduo cresce, portanto, tomando por natural a condição dada e encaixando-se nos papéis sociais pré dispostos a ele. No entanto, esse processo não ocorre da mesma forma com todas as pessoas, há uma minoria que não consegue se adaptar a essas imposições criadas por uma ideologia de pensamento muito anterior a sua existência, compreendendo a estrutura que gera essa ideologia cisgênera.

Desse lugar se constrói uma estrutura social que demanda um padrão binário para diferenciação e validação dos corpos humanos, esse padrão exige coerências sistemáticas que isolam e oprimem automaticamente outras formas de existências, limitando a liberdade de expressão e corporeidade dos sujeitos. Dito isso, se reflete sobre o termo *Cisterrorismo*, que se trata de uma adaptação do conceito de *heteroterrorismo*, cunhado por Berenice Bento (2011) para designar um sistema cisgênero heterocentrado que induz e pune espontaneamente os comportamentos sociais acerca das suas ações e relações, sugerindo de formas diretas e indiretas, uma forma de se relacionar, um ideal de família e de corpos, por meio de

dispositivos institucionais de controle físico e moral (medicina, escola, igreja) de acordo com padrões ideológicos dominantes de comportamento e validação social do indivíduo, baseando-se no gênero e na orientação sexual.

O heteroterrorismo seria um conjunto de opressões estruturais, que visam retroalimentar violências verbais e físicas contra das dissidências de gênero e sexualidades, com um exercício contínuo da anulação, silenciamento e o apagamento social de tais corpos. Em análise, se comporta como projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação (Bento, 2011, p. 556).

A escola, por exemplo, atua na sociedade como um dispositivo de controle social, ou melhor como um aparelho ideológico do Estado que tem como função educar e formar cidadãos segundo um modelo ideal. Segundo o filósofo Althusser (1970)-), em seu estudo sobre o papel da educação enquanto dispositivo do Estado, a escola é um dos mais importantes aparelhos de organização social e segue a ideologia dominante, sendo assim, reproduz e reforça ideologias normativas de comportamentos, valores e conhecimentos. O espaço escolar introjeta e reproduz a lógica heteronormativa, é pois ela um instrumento usado pelo heteroterrorismo e cisterrorismo de formas sutis e discretas até seus extremos mais violentos de indução de comportamentos e ações, obrigatoriedade diante dos papéis sociais de gênero e punições sobre aqueles que fogem a ideologia social proposta pela normatividade. As muitas discussões em torno da educação sexual no ensino público mostram de maneira clara, na prática, como um aparelho como este atua e compactua com o terrorismo de gênero. É notório e escancarado todas em debates parlamentares e discussões de interesse público a resistência que a classe dominante possui em contribuir ao terrorismo de gênero e de orientação sexual. Pelo contrário, o retrocesso político pelo qual o país tem passado nos últimos anos propõe na verdade a continuidade e o reforço dessa lógica opressora.

A lógica do “Cis tema” social fabrica as disforias. Ela é criada e alimentada por resistências conservadoras que legitimam os padrões definidos para os corpos. Transgredir dentro dessa lógica dominante exige forças emancipadoras que transgridem tal engrenagem diante os desafios de algumas existências para simplesmente ocuparem seu lugar na terra. O corpo trans vive a violência do “não lugar”, trata-se de um corpo (alterado ou não por procedimentos cirúrgicos ou intervenções hormonais) que foge das inclinações supostas pela sociedade para sua “natureza”. O corpo físico e político é reduzido a genitálias e fenótipos, dessa forma está submetido aos papéis, posições e comportamentos sociais que lhe são atribuídos. Sendo assim é induzida uma performance existencial ao corpo, que ou é cumprida

ou não encontrará lugar cabível na sociedade, muitas vezes corpos dissidentes de gênero precisam incorporar personagens sociais para incluir-se na vida civil, violentando a si mesmos diariamente. O despertar-se para “ser” e a busca de seu lugar de fala demandam consequências que aparecem de acordo com a visibilidade da condição trans, percebida e tratada socialmente com preconceito e perseguições.

A violência espontânea a estes corpos começa na negação de suas existências, o que provoca uma auto rejeição naturalizada sobre o que não é previsto no padrão construído. Ou seja, a primeira violência que experimentei na condição transgênera foi a introjeção das crenças terroristas que negaram para mim e para os outros a minha existência, portanto, me violentei primeiramente diversas vezes ao tentar atingir um padrão e um lugar que jamais me caberia. Este processo de internalização da lógica cisgênera a partir das reproduções falocêntricas e heteronormativas produz e alimenta as *disforias corporais* e estranhamentos pessoais que não apenas no meu caso, mas numa grande maioria provocam adoecimento mental e físico.

O julgamento e as exclusões são os primeiros passos, vêm as curiosidades (que andam juntas com os fetiches). Essas curiosidades nada mais são que uma violência simbólica que exotifica o corpo divergente do cis. O desejo de acessar o que não se sabe, não se conhece, logo após os desejos reprimidos, negados ou disfarçados vem a violência física, encaminhada por um ódio e aversão ao que é considerado diferente, divergente ou “não natural” (biologicamente falando), portanto errado, imoral, irracional e digno de extinção. Quase tudo que se coloca e se aprende socialmente segue uma lógica baseada na “normalidade” cisgênera.

Segundo Goffman, o estigma é uma leitura social feita sobre determinado indivíduo ou grupo específico baseada em estereótipos sociais que funcionam como marcadores da identidade do sujeito.

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidas na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano (Goffman, 1981, 72).

Goffman ao tratar da produção do estigma afirma que:

[...] ao rever a sua própria carreira moral, o estigmatizado pode escolher e elaborar retrospectivamente as experiências que lhe permitem explicar a origem das crenças e

práticas que ele agora adota em relação a seus iguais e aos normais (Goffman, 1981, p. 36).

A cisgeneridade, pois, é um lugar de conforto social, é o lugar de onde partem as noções do correto, da normalidade, do ideal, reforçando a produção de estigma em relação àqueles não enquadrados na norma.

### **3 A DESCOBERTA DE SI, O RECONHECIMENTO E A VULNERABILIDADE SOCIAL : ESCRIVÊNCIAS REFLEXIVAS**

Este capítulo versa sobre as experiências pessoais do pesquisador, a partir das quais serão feitas as análises posteriores na interface com o referencial teórico. Neste capítulo serão narrados alguns relatos auto etnográficos sobre situações reais e marcantes no percurso de vida e que evidenciam elementos da opressão social e dos enfrentamentos transgressores nesse caminho, os quais chamo de escrituras. Aqui será narrada a trajetória do campo à cidade e os fenômenos que seguem a partir desse fluxo migratório. Fluxo esse, que inicia o processo de vivência de outras realidades e outras questões sociais que atravessaram o indivíduo.

#### **3.1 Escritura 1: Do campo à cidade, do casulo à borboleta**

Chico Buarque, um compositor brasileiro, disse certa vez que precisamos da “certidão pra nascer e a concessão pra sorrir”. Costumo fazer uma analogia do peso dessa frase ao que nós trans encaramos pelo condicionamento social a que estamos sujeitos. O nascimento e o sorriso para nós depende da aceitação e da perspectiva dos outros. Nasci para a sociedade em 1992 (mais precisamente numa pequena cidade do alto sertão paraibano chamada Livramento, com menos de 8 mil habitantes). Poucos anos depois, nascia para mim mesmo em 1997, quando já começava a desenvolver consciência própria, no primeiro estágio da infância, já vinha ali externando um desconforto social nos primeiros ambientes coletivos, tais como a escola, a igreja e as festinhas de aniversário.

Após a descoberta de mim mesmo, vieram as lutas internas e as confusões sobre o que fazer com um corpo que me segue e que é significado por outros (externos a mim) de forma incoerente, me causando constrangimentos e transtornos, anulando a minha própria existência. Todos esses questionamentos permanecem sem respostas até 2010 quando terminava o ensino médio e partia para o sudeste do país em busca de trabalho, visto que as condições financeiras

sempre foram precárias na família de onde vim e já surgia em mim há muito tempo, por outras razões, vontade de sair daquele casulo.

Entre as poucas ou quase nenhuma possibilidades que se via à frente surgiu a rede de internet por lá (até 2010 a cidade não possuía ainda rede para celular muito menos internet). Com a resolução das *lan houses*, uma janela de possibilidades se abriu dentro do casulo e fui conhecendo novos modos de existir pelo mundo. A rapidez com que se enviava e se recebia uma mensagem de texto para qualquer pessoa do outro lado do país ou até mesmo do mundo, era algo fantástico como nunca havia visto antes. Era possível conhecer e trocar ideias com pessoas que nunca tinham pisado na minha cidade ou no meu estado e esta era a melhor parte, pois com os amigos que conhecia naquele universo eu poderia ser e falar o que quisesse sem temer ser eu mesmo, pois, caso fosse incompreendido ou julgado, tinha a opção de bloquear aquela pessoa e nunca mais ser incomodado por ela. Tornei-me um viciado em *lan house*, surtava por ter que encarar uma guerra para conseguir meus 2,00 reais diários para sentar-me na frente de um computador e me conectar ao mundo. Foi assim que descobri pessoas, lugares e perspectivas que me davam chances de sair dali, afinal, precisava dar meu primeiro passo rumo ao desconhecido.

### **3.2 Escrivência 2: Da liberdade de voar aos novos casulos**

Chega enfim o momento em que as guerras internas precisavam se externalizar também para que eu pudesse de fato existir. Daí vem a busca pelo nascimento real reconhecido na sociedade, ou seja, um nome, um documento (para que de tal forma pudesse garantir meus direitos e o tratamento equivalente ao gênero em que me identifico). O processo de nascimento e reconhecimento social foi permeado de desafios e desgastes.

Nesse contexto, após convencer as pessoas ao meu redor, tive que convencer o psicólogo, o psiquiatra, o endócrino, o advogado e o juiz de quem sou para então nascer para o país e para o sistema jurídico, podendo agora ser considerado um civil ‘padrão’ apenas em 2013 (uma espera de 20 anos), quando finalmente obtive uma certidão de nascimento que me reconhece da mesma forma que me reconheço e, a partir de agora, então poderia começar a viver, estudar, votar, ir ao médico, conseguir um emprego etc.

Esses 21 anos me causaram extrema desvantagem social comparado a outros cidadãos que não precisam de tanto tempo para começar a existir politicamente e exercer seus direitos básicos. Após permitida a certidão pela lei, é necessário diariamente conquistar a permissão para exercer a própria liberdade, pois o corpo e as subjetividades continuam encurraladas pelo

padrão cis introjetado culturalmente (cisterrorismo<sup>1</sup>). Precisam te consentir lugares de fala, oportunidades, comportamentos etc. A pressão do “cis tema” organizado de um modo concreto, exclui as outras existências a ponto de elas não serem autossuficientes nem legítimas, mas sim questionadas, estudadas e perseguidas.

Nos relatos narrados no próximo capítulo serão expostas algumas situações que explicam como age na prática esse cis tema em torno de nossa existência e de que forma ele interfere diretamente no controle de quem somos, o que fazemos e até onde podemos viver e quais casulos nos escondem ou nos protegem.

### 3.3 Relato 1: Os primeiros sistemas e sintomas disfóricos

Provei a fome e a sede muito cedo, tal como o desconforto generalizado de estar no mundo, vivendo dentro de uma casa com mais de 8 pessoas, onde a única base econômica eram as aposentadorias de meus avós. Após a morte da minha avó, tudo ficou mais precário do que já era para todos nós. A estrutura familiar e geográfica onde nasci e cresci constituem o mundo de onde vim, estrutura que foi caótica desde que tenho registro de alguma coisa na memória. O mundo onde cresci era uma cidadezinha no cariri ocidental da Paraíba, fazendo divisa com PE, possuía 7 mil habitantes entre zona rural e urbana<sup>2</sup>. Se chama Livramento, um lugar pequeno, quente, seco, conservador, sem muitos acessos e cheio de fofoqueiros.

Ainda na primeira infância já não era segredo para mim o desencontro entre o que esperavam que eu fosse e o que eu gostaria de ser. O que eu deveria brincar e do que eu queria brincar. Essa doideira toda me fazia sentir muito esquisito em relação a mim mesmo. Ainda no fundamental I, lembro-me de ficar muito triste com o final da quarta série. Disseram-me que no outro ano seria uma fase diferente, o ensino fundamental dois. Nos corredores da tarde não seria um monte de pirralhos correndo e brincando de pega pega ou qualquer outra coisa. Eu que não brincava de nada, entre bonecas e bambolê eu preferia os livros, então pouco me importaria se não iam mais brincar nos intervalos. Diziam que agora iria me relacionar com os pré-adolescentes e adolescentes. Eu não entendia bem o que aquilo queria dizer em termos de mudança radical já que estaria na mesma escola e seriam as mesmas pessoas que já circulam na cidade. Me parecia que só mudaria o horário e a quantidade de disciplinas. Só depois

<sup>1</sup> Conceito criado em discussões online por acadêmicos transgeneros e pessoas lgbtqiap+ de modo geral por redes sociais e encontros informais, que é atribuído à dominação da lógica cisheteronormativa sobre o controle dos corpos dissidentes. (fonte?)

<sup>2</sup> População no último censo [2022]: **6.877 pessoas**. Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo [2010]: **53/9%**. Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]: **13 escolas**. Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]: **1 escola**. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]: **0,566**. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/livramento/panorama>.

percebi que naquele momento todos os alunos pareciam mais velhos, mais inquietos, mais entediados e mais imbecis.

Até o fim do ensino fundamental dois notei que muitas coisas estavam mudando na rotina escolar, na minha casa, na televisão. Mais à frente compreendo o que não havia notado, enquanto percebia o mundo ao meu redor mudar, percebi que eu era quem estava mudando e minha relação com o mundo também estava. Minha Vó me olhou e disse que me compraria um sutiã porque agora eu seria uma “mocinha” e precisava usar para não ser vulgar na escola. Escutei aquilo e tentei assimilar aquela mensagem de frente ao espelho. Um ano depois o espelho me deixava claro que eu estava diferente e os olhares em qualquer espaço público me exigia obedecer a minha vó. Além do sutiã como acessório obrigatório, a partir de agora também me atribuíram uma gama de outras “regrinhas sociais” que deveria cumprir dentro do papel de gênero que me foi atribuído de acordo com a minha genitália. Agora teria que abandonar os chapéus, os estilingues, bolinhas de gude e as bermudas do meu irmão. Agora teria, portanto, de soltar o cabelo, usar maquiagem, sentar de pernas cruzadas, me depilar etc.

O desconforto com as mudanças corporais emergia. Os olhares, questionamentos e julgamentos me fizeram retrair cada vez mais e mais dentro de duas camisas debaixo da farda e uma boina que guardava o cabelo e calças folgadas que me transformavam num ser bizarro e rebelde na escola. Apesar do meu empenho nos estudos e ter dos melhores comportamentos em sala de aula e alcançar boas notas sempre, a minha presença foi ficando cada vez mais assustadora para aquele ambiente conservador e hostil. Entre o fim do fundamental e início do ensino médio houve algumas tentativas de minha parte para me adequar à expectativa do ideal normativo. Contudo foram auto violações estimuladas pela rejeição social que só me levaram a episódios de maiores revoltas, raiva e agressividade.

Me tornei o que eu mais temia, que era parecer com meu pai, cujo falecimento veio muito cedo e lembro que foi um alívio. Morreu aos 38 anos de idade devido a cirrose; ele era alcoólatra e agressivo demais com minha mãe. Foram muitos dias e noites presenciando a violência doméstica dentro de casa e por vezes, ainda criança me metia no meio de lutas corporais para tentar defender a integridade física da mulher que me colocou no mundo. Minha revolta vinha do mundo, vinha das memórias dele, do álcool, da cidade que vivi, da fome que passei, dos preconceitos que tinha de lidar e dos não acessos que tinha que aceitar.

Eu não era um rebelde sem causa, mas alguém que causava rebeldia no modo de existência visto por ali até então. A pequena cidadezinha se chocava comigo e eu tomava o choque pela primeira vez de ir notando como funciona a sociedade a partir daquela amostra.

### **3.4 Relato 2: Fim do ensino médio (a procura de si mesmo)**

No fim do ensino médio eu já era uma criatura exótica e polêmica na cidade inteira. As tentativas fracassadas de adaptação me aproximaram dos fármacos, do ódio e das frustrações, ao passo que me aproximaram da procura constante por mim mesmo. Conheci livros e drogas, estava munido de ódio e coragem, tão sensato e convicto a ponto de parecer louco.

Concluí o ensino médio em 2009, na mesma escola que iniciei o primário lá por 98. Já andava muito cansado daquele circuito inerte e agora já nem havia nenhuma obrigação que me levasse a interagir com as pessoas. Aos 17 anos eu já tinha uma imagem monstruosa e provocativa naquela sociedade estreita e controladora por fugir de absolutamente todas as regras convencionais. Havia muitas especulações sobre minha performance social naquele momento, uns achavam que eu era gótico, outros roqueiro, doente, outros diziam que eu era satanista, mas, paralelamente a essas percepções e boatos diversos, era unânime o estigma clássico da “sapatão maconheira”. Eu não reagia de forma tranquila e pacífica àquelas especulações e julgamentos gratuitos, o que levava todos a crerem que eu estaria num estágio alto de agressividade supostamente devido a dependência de drogas e seria um perigo, para as famílias, crianças e para as mulheres da cidade, eu seria um perigo duplo, pelo meu devaneio sexual!

Tive poucas amigas na escola, e estas se afastaram imediatamente de mim quando assumi o namoro com uma menina na cidade e rasguei pra todos o que eles tanto especularam. Aquilo foi uma grande polêmica e até hoje é assunto lembrado por lá. Éramos o primeiro casal de “lésbicas” que ainda por cima tinham a cara de pau de andar de mãos dadas e até beijar em público. Éramos repudiáveis. Uma senhora chegou a nos atirar uma pedra enorme por passarmos na calçada dela. Esta foi uma das situações mais marcantes naquela fase, pois revidei à violência física desta senhora contra mim. Segundo ela, pessoas como eu não poderiam passar na frente de sua casa. No fim da frase ela atirou um tijolo em nossas pernas, o qual peguei de volta e arremessei em direção a sua cabeça. Por sorte ela fechou a porta e o resultado foi apenas um buraco na madeira. Por ser menor de idade não houve maior agravante apesar de ter aparecido até polícia. Por sorte meu tio era muito conhecido e considerado na região, então levei alguns sermões e fui mandado para o CAPS da cidade vizinha na semana seguinte para fazer acompanhamento obrigatório.

Não fazia questão de ter amigos na escola e nem queria. Minhas interações neste sentido estavam fora dela, eram os “desviados” da cidade, os desistentes, os brigões, viciados

e as consideradas putas. Estas pessoas já desfrutavam da exclusão e não tinham muito a perder, portanto não temiam serem flagrados em minha companhia (diga-se de passagem, quem era visto comigo automaticamente seria estigmatizado). Um amigo certa vez levou um tapa na cara de sua mãe quando nos viu conversando na rua. A cidade inteira denunciava o perigo na escola, nas ruas, o perigo de seus filhos e da moral do município, EU, o próprio.

Meu encontro com a arte foi libertador. Minha melhor estratégia de fuga de tudo aquilo. Eu que sempre era encontrado no centro das polêmicas da cidade, procurava por mim mesmo sem ter onde investigar. Nas poucas brechas que tive me enfiei em tudo que fosse além daquele pedaço de terra seca que pisava todos os dias. Um projeto de arte e cultura passou na cidade oferecendo a oportunidade gratuita de cursos como teatro, música e dança para jovens do Cariri interessados em arte e com garantia de certificados na conclusão do projeto. Os cursos tinham duração em média de 3 a 4 meses em áreas como: teatro, música e dança, procurei tirar maior e melhor aproveitamento possível das ofertas do projeto. Na iniciação ao teatro pude ter várias experiências enriquecedoras de aprendizagem e concluímos com apresentações nas cidades vizinhas. Apesar de ter feito iniciação musical, iniciação em expressão facial e corporal e também dança de rua, no teatro foi onde me senti mais liberto por poder muitas vezes incorporar personagens do gênero masculino, no entanto ao final do curso não participei da principal apresentação, pois a cidade final era a minha, LIVRAMENTO, onde eu não tinha nem queria participação coletiva em nada. Os professores foram compreensivos e mesmo tendo furado o compromisso final para conclusão, ainda pude receber meu certificado. Infelizmente, todos os certificados foram inutilizados devido a minha troca de nome em 2013, por me sentir constrangido em apresentá-los para quaisquer fins. No entanto, muito além de certificados, agreguei conhecimento e valores. Meus primeiros contatos com as cidades maiores como Campina Grande, Patos e João Pessoa foram através das experiências. A partir dessas experiências fui canalizando meu ódio acumulado e o transformando em estímulos e metas, apenas a curiosidade de ser e fazer me tomavam agora, o desejo de ir cada vez mais longe me trazia pra mais perto de mim mesmo.

### **3.5 Relato 3: O encontro com o mundo cisgênero, da tomada de consciência de si e dos outros**

Com dezessete anos juntei a fome com a vontade de comer e encarei o fim do ensino médio, a morte de minha avó, as opressões contra meu corpo e a miséria compartilhada com mãe e irmãos como o limite de pressão que o ser humano aguentaria sem sair do lugar ou sem

ao menos tentar. Desde pequeno sempre fui muito independente e sempre tive o sonho de sair daquela cidade e morar longe, mas sem identidade social, dinheiro nem perspectiva cheguei aos 17 anos no mesmo lugar, dividindo uma cama com mais três pessoas e revezando com meus irmãos desde o sabonete a calçados. Depois do ensino médio não via mais nada que me prendesse àquela situação, já tinha sagacidade suficiente para andar sozinho e buscar demarcar minha existência no mundo.

A cidade grande não seria apenas o oásis onde finalmente eu mataria minha sede, ela era o sonho de ter o direito de me conhecer e me fazer reconhecido, sem controles tão rígidos e tão diretos. Obviamente não foi tão fácil me jogar no desconhecido, e digo no completo desconhecido, pois eu praticamente não viajava para longe nunca e não tinha contatos com as tecnologias e avanços que o mundo já havia dado enquanto estava preso naquele circuito inerte do interior. Elevadores, escadas rolantes e portas giratórias foram vexame algumas vezes. Pegar coletivos também, mas nada daquilo me constrangia mais que ser conhecido, investigado e julgado por todos ao redor. Logicamente teria que lidar com os olhares estranhos, mas não eram os mesmos, parecia mais fácil interagir e até mesmo me proteger na metrópole.

Em 2010, nessa perspectiva juntei umas roupas e nada mais, consegui uma passagem com meu tio para São Paulo, onde ficaria de favor na casa de outra tia apostando na minha coragem e disposição para trabalhar. E não demorou muito para conseguir meu primeiro emprego (Mc Donald 's). Ali aprendi tudo que alguém precisa aprender para lidar com a vida proletária e as explorações do mercado de trabalho. Em São Paulo, descobri que antes de lidar com minha transsexualidade teria que lidar com minha cor da pele, minha condição financeira e meu sotaque nordestino, entre outras muitas coisas que um nordestino negro encontraria na região sudeste. Essa interseccionalidade de fatores coexistem num paralelo constante de privações e negações que compõem meu corpo, as quais acumularam muita revolta e desordem mental que me levaram a lugares bem mais distantes da minha consciência como narrarei adiante. Só compreendi que muito disso tudo se tratava de cultura, anos mais à frente, olhando para o passado com mais conhecimento, equilíbrio e maturidade política. Hoje, é possível identificar e compreender cada situação de preconceito e violência social sofridas por mim ao longo das descobertas.

Ao conhecer a dinâmica das grandes cidades, naquele novo momento de “liberdade” e autonomia, encontrei outras perguntas e questionamentos que me motivaram para além do meu instinto de sobrevivência a encarar o novo e desconhecido sem intimidação. Lá eu não teria que lidar apenas com a minha condição de gênero até então “confusa”, mas também com

uma série de outras condições a que meu corpo estava exposto. Encarei o racismo, a xenofobia e outras discriminações sem sequer compreender que não seria eu uma vítima isolada daquelas injustiças sociais, não havia tempo para reflexão, pois desde que assumi minha independência apenas vivi em função de trabalho e explorações que não me deixaram tempo para pensar nem planejar futuro.

Era ainda muito jovem e cheio de fé. Apesar de comer o pão que o diabo amassou naquela circunstância, foi dentro dela que consegui minha independência individual. Além disso, lidei mais diretamente com a solidão, com os vícios, e com a violência civil e policial.

No entanto valia a pena aquela rotina exaustiva, em três meses estava saindo da casa da minha tia para ter a primeira experiência com a vida de aluguel e também com a minha própria vida por inteiro. Morando com um colega de trabalho, pude então me chamar de dono de meu nariz, dono também de meu corpo, minhas roupas e meu cabelo que era gigante e me incomodava bastante e agora finalmente poderia cortá-lo sem ser olhado de cima a baixo nem ter que dar satisfação alguma para ninguém. O encontro com minha independência foi o momento, quando pude olhar para minha condição de gênero e tomar decisões a respeito. Lembro da tamanha satisfação que senti ao pegar uma faca, jogar todo longo cabelo para frente e cortá-lo como quem vai degolar uma galinha com pressa de comê-la.

Fui então me colocando no mundo enquanto o descobria de perto, mas não seria tão fácil como pensei ao deixar Livramento. Eu era um sonhador no auge dos 18 anos, que saiu de um pequeno barco para um navio também carregado de preconceitos e ideologias opressoras. Naquela época, não havia ainda debates, leis nem direitos para que me formalizasse e me fizesse ser humano legítimo existente na sociedade. O processo seria longo pela frente, contudo já podia me importar em alguns lugares e situações sem muita repressão como antes. Obviamente não saí ileso aos ataques homofóbicos e machistas, nem tampouco escapei aos sintomas doentios que minha mente externalizava em situações extremas de sofrimento e frustração. Compreendi então o que de fato era o mundo cisgênero quando percebi que não fazia parte dele em lugar algum que eu fosse. Mesmo numa cidade tão desenvolvida como Santos-SP, mesmo tendo um emprego, pagando minhas contas, comprando e usando minhas próprias roupas, ainda havia muito a ser conquistado e muitos desafios surgiram além da sobrevivência. Ainda me sentia diferente mesmo nos grupos lgbtqiapn+ que circulei. Ainda tinha que me conformar com o lugar de lésbica para ser funcional na dinâmica cotidiana. Dando de cara com minha solidão no mundo, fui me retraindo aos poucos no meu próprio mundo, cheio de inseguranças e vulnerabilidades. Não seria difícil me apegar aos prazeres mais fáceis e mais próximos daquele contexto.

Ninguém me entenderia melhor que eu mesmo e não havia melhor companhia além de mim que não fossem as substâncias que ingeria. Quando descobri a coca, naquele contexto, foi como o encontro perfeito. Aquilo me dava sensação de poder e frieza, era tudo mesmo que eu precisava para encarar a vida incerta que tinha pela frente. Eu era imaturo e carregava responsabilidades muito pesadas nas costas que naquele instante se mesclavam com muitas outras responsabilidades, que estava adquirindo como aprender a transitar pela cidade grande e depender única e exclusivamente de mim pra sobreviver.

Alimentar o corpo não era missão fácil. Trabalhava das 16h às 2h da manhã no Mcdonald 's, meu primeiro emprego. Começava a entender na prática as injustiças sociais que sofria e que não poderia lutar contra já que dependia daquilo para comer. Mas não bastava alimentar o corpo, alimentar a mente saía bem mais caro, as substâncias, sejam farmacêuticas ou recreativas não eram gratuitas. No período de 18 meses, na fuga constante sob uso contínuo de químicos, perdi tudo que conquistei até ali e tudo que sonhei também, perdi a fé, o emprego, a moradia, o interesse pela vida. O abuso de drogas me afastou por um tempo do que eu tanto procurava (a mim mesmo). Passei a ter crises no trabalho e logo fui demitido, pra minha sorte ou infelicidade, na época existia o seguro-desemprego que durava por 6 meses, e foi o pior momento para receber dinheiro estando em casa. Não demorou muito para que eu estivesse totalmente submerso no submundo degradante da dependência. Por alguns meses estive totalmente perdido, voltava para dentro do casulo da minha existência inerte, mas dessa vez o casulo era lugar mais perigoso, estava confinado numa rotina de auto degradação e sem apoio algum de qualquer coisa. Para voltar para minha sanidade precisei me curvar ao limite do chão que pisava, encarar minhas falhas e admitir que não chegaria sozinho a lugar nenhum. Para voltar ou, na verdade, alcançar a mim mesmo teria de admitir que ainda não me conhecia, ou não me reconhecia como um ser político e não conhecia nem reconhecia o mundo ideológico onde me encontrava.

Após ser completamente comprometida a minha integridade física, psíquica e humana dentro de um corredor de hospital público, esperando atendimento, sem contar com ninguém a minha espera lá fora tive um *insight* de realidade e decidi fazer algo por mim, o único número que me vinha de cor à cabeça era do meu tio que me ajudou a chegar no sul. Foi uma das maiores vergonhas da minha vida admitir para aquele homem, que acreditou no meu sonho e em mim, que colocou as melhores expectativas em mim, que agora eu era um fracassado, admitir que não era tão coerente na realidade com o contexto que lhe narrava por ligação quando falava com ele de vez em quando. Admitia que era além de tudo um mentiroso, mas pior que isso era desistir no caminho e pedir para voltar. Ao sair do hospital, descalço e

desnorteado sem ter um teto e nem mais um amigo próximo, andei alguns minutos na principal avenida da zona noroeste, região onde morava, e fui abordando as pessoas que passavam pedindo ajuda. Precisava apenas de um celular para fazer uma ligação para um parente. Era óbvio que ninguém acreditaria naquele mulambo que os falava, com aquela aparência a qual me apresentava seria muito improvável que alguém viesse a me fazer aquele favor. As pessoas tinham medo. Depois de muitas tentativas desisti e fui à procura do grande amigo que fiz por ali. Este a quem me refiro foi o cara que me deu meu nome, que foi meu parceiro naquele mundo cão. Dividimos o aluguel e experiências inéditas, das mais satisfatórias e emocionantes às mais trágicas e perturbadoras. Um dia ele também desistiu de mim ao cansar das minhas crises constantes, dentro e fora de casa, com as quais tinha que lidar por me considerar um irmão.

Me enxergando enquanto caminhava ainda desorientado até sua casa, sem norte, nem certezas, me via do outro lado da lente ao recordar dos meninos de rua que avistei à primeira e por ali. Tinha sede, fome, medo e fissuras nos olhos. Não sentia nada além de uma vontade confusa de sobreviver a tudo aquilo. Ao encontrá-lo então apenas chorei; ele me abraçou e se colocou à disposição para me ajudar pela última vez. Usei seu aparelho celular para fazer telefonema mais difícil que já fiz, ligar para o passado (ligação para meu tio pedindo ajuda). Em engasgados 30 ou 40 minutos de diálogo, onde mais falei que ouvi, descobri que ainda existia fé e chances de superação e auto resgate. Meu tio, sem nenhum julgamento prévio nem sermões sobre tudo que ouviu, apenas me deu o que precisava, uma passagem de ônibus de volta à Paraíba, onde pretendia ficar limpo e me restabelecer e voltar ao meu foco inicial.

Assim, apenas após esses episódios de total desequilíbrio mental e físico retornei ao meu estado (PB) onde um pouco mais velho e cansado, descobri o caminho (espaço lgbt, movimentos etc.) por onde ir para finalmente lidar com as questões que buscava no início dessa jornada pelo desconhecido. Já conhecia muito do que existia, mas ainda não me fazia existir. Só compreendi que isso se tratava de uma cultura macro e não de um problema especificamente comigo, anos mais à frente, olhando para o passado com mais maturidade política.

Me descubro enquanto corpo vulnerável quando não tenho acesso à saúde, ao hormônio e às três refeições por dia. Não havia tempo para reflexão, pois desde que assumi minha independência apenas vivi em função de trabalho e explorações.

### **3.6 Relato 4: Início da transição hormonal (“Passabilidade” - a inserção social)**

Em 2012 cheguei a João Pessoa, capital de meu Estado de origem, tentando me reerguer das surras que levei no mundo. Vim de ônibus, três dias na estrada apenas com a roupa do corpo. Fui hospedado por uma ex-namorada, estava completamente desnordeado no mundo. Mais uma vez precisava recomeçar. Estava debilitado pelo uso abusivo de drogas em São Paulo, estava pesando 38 kg e em um estado mental desequilibrado. Minha aparência era de um menino na pré-puberdade (me davam 12 a 13 anos na rua). Hospedado numa residência feminina da UFPB com essa ex-namorada que se tornou uma amiga, tinha direito a até 3 meses como hóspede convidado de uma estudante moradora da residência. Neste período me alimentei à custa de favores e empatia dela e de algumas pessoas que fui conhecendo ao longo dessa estadia.

No fim do período de hospedagem teria que sair e procurar direção. Estando ainda em vulnerabilidade social, fui indicado a procurar o Centro de Referência para pessoas lgbtqiapn+ (Espaço LGBT), um serviço público implementado em 2011 pelo Governo Estadual da Paraíba através da Secretaria da Mulher e do Desenvolvimento Humano (SEMDH) com intuito de acolher a população lgbtqiapn+ do estado, viabilizando, por meio de articulações e estratégias, o atendimento às demandas sociais enfrentadas pela categoria, oferecendo apoio jurídico, psicológico e de assistência social.

Ao ouvir falar neste centro de referência resolvi pedir ajuda ao Estado. Fui até lá, expus minha situação e pedi orientação. A recepcionista era uma travesti que foi muito acolhedora. Já me impactou de cara ver uma pessoa trans sentada ali, trabalhando num equipamento estadual. Fiquei esperançoso, pois não tinha visto ainda isso nos lugares por onde passei. A recepcionista me deu uma ficha para preencher meus dados e responder um questionário socioeconômico para triagem do serviço. Me encaminharam para um psicólogo e também para atividades coletivas desenvolvidas pelo movimento. O serviço também fazia mediações para pessoas lgbt em empresas e cursinhos profissionalizantes, contudo não havia ainda serviços de assistência como moradia e alimentação para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Segui morando de favor em alguns lugares enquanto procurava orientação para obter minha cidadania e qualquer trabalho que custeasse o básico para me manter vivo até lá. O que mais pensava enquanto encarava aqueles meses de guerra era que não poderia morrer sem ter ao menos um nome digno que constasse na minha lápide.

A transição hormonal, a mudança de nome e as cirurgias eram meu foco agora. Já se debatia em 2013. pela conquista do nome social, políticas de saúde e educação e estratégias objetivas que contemplassem pessoas trans no Estado da Paraíba. Após a implementação do espaço LGBT em 2011, vieram outras políticas estaduais e municipais que fortaleceram essa

rede. Particpei na construção de algumas conquistas como um dos primeiros membros do grupo de homens trans da Paraíba que se iniciou a partir de uma conversa entre três homens trans que se encontram no Espaço Igbt. A categoria trans masculina era ainda nessa época muito mais invisibilizada do que ainda é de um modo geral. Quando se fala em pessoas transsexuais remetia-se sempre às mulheres trans. As travestilidades e transgeneridades ainda eram muito pensadas a partir da perspectiva do feminino, pois não se via muitos de nós na militância nem nos espaços. Eu mesmo nunca havia conhecido outro cara como eu e foi reciprocamente marcante para nós este contato que se aprofundou diante das trocas, das lutas em comum que precisamos vencer e principalmente nos fortalecemos, na mesma época nos unimos a mais um que vivia sua solidão do outro lado da cidade e essa conexão foi onde tudo começou, porque agora éramos juntos mais de um caso e poderíamos fazer nosso barulho. Hoje o grupo dos homens trans da paraíba tem cerca de 300 meninos que se fortalecem em rede de *whatsapp* e em reuniões autônomas para discutir suas dúvidas, questões e vivências.

Ao conhecer os meninos me aprofundei nas pesquisas sobre a transição. As políticas públicas de assistência ainda não nos contemplavam; a transição hormonal para homens trans ainda era algo pouco investigado. Então, nós três “nos viramos” por um tempo de maneira autônoma, ainda que irresponsável em relação a isso, comprando hormônios alterados, de forma ilegal devido ao desespero de não ter alternativas. Essa questão foi notada em discussão com o Centro de referência e os gestores da rede que precisavam olhar para mais uma especificidade dentro da sigla, mas muito antes disto, a questão também impulsionou o olhar sobre as pessoas trans no geral para atentarmos e pressionarmos a sociedade por direitos básicos, principalmente o direito e acesso à saúde pública.

No início de 2013, fui procurado por vários pesquisadores da UFPB, UEPB, UNIMED para dar entrevistas sobre minha vivência enquanto pessoa trans. Não participei de todas; me faltava a paciência para aquelas pessoas cisgêneras aleatórias querendo falar sobre minha história, meus processos. Por outro lado, foram importantes as que topei contribuir, como os testes médicos para estudos, embora hoje eu tenha me sentido, em alguns casos, muito ingênuo. Na verdade, eu não tinha noção de muita coisa que acontecia enquanto aconteciam, meu desejo era mudar, fazer cirurgias e trocar de nome.

Apliquei minha primeira dose de testosterona em janeiro de 2013, descobrimos um fornecedor online que nos passava via correios a mercadoria que era paga por transferência em conta adiantado, não havia nenhuma garantia de qualidade do produto, mas as interações por facebook na época com meninos de outros países nos deixaram tranquilos, acompanhávamos as mudanças em vídeos divulgados nas redes e nos blogs. Os três pioneiros

fomos nós esses dois amigos, a quem chamarei de D1 e D2, já eram moradores da cidade quando cheguei e foram minhas referências nesse processo ainda obscuro da transição hormonal. D1 já fazia suas aplicações caseiras, sua companheira foi quem me aplicou a primeira e, nós não podíamos ir nos postos de saúde, pois não tínhamos receita e também não aplicavam na farmácia esse tipo de medicação sem a receita. Por cerca de 6 meses fiz os ciclos de T a cada 15 em 15 dias dessa forma, a companheira do D2 também me aplicou por várias vezes, nunca tive coragem de me auto aplicar como alguns meninos às vezes tinham, mas apesar de não serem enfermeiras elas salvaram nossa pressa de viver na coragem e empatia por nossas vidas.

As mudanças aconteciam muito rápido, a cada novo encontro com D1 e D2 tínhamos algo a comentar, mergulhamos ao mesmo tempo num processo desconhecido sobre nossos corpos. Cada avanço na aparência era motivo pra se comemorar, estávamos alcançando facilmente a famosa “passabilidade”, não era um termo que nos orgulhava usar, mas é um fenômeno que era preciso admitir que nos deixava cada vez mais confortáveis na convivência social. A ‘passabilidade’, como assim foi se entendendo entre as bolhas trans, se tratava do lugar mais próximo do cisgênero que a transição poderia nos colocar, lugar este, onde não chamamos atenção nem levantamos dúvidas ao olhar social. Se tornar “passável” significa se tornar invisível aos preconceitos de natureza transfóbica. Era sobre passar na rua sem levantar suspeitas, sem deixar ninguém confuso sobre você, ou chegar numa fila de banheiro sem te questionarem a qual gênero pertence (Dourado Porto; Silva; Gugelmin, 2021).

Eu começava a me reconhecer durante aquelas trocas de experiências com meus amigos e ao passo que novos caracteres e fenótipos surgia no meu corpo eu ia nascendo para o mundo de fato. Contudo o reconhecimento e a autoafirmação que me fez nascer para o mundo também implicaria em riscos mortais, entendendo que o mesmo mundo onde eu buscava caber (mesmo atingindo a passabilidade) não comportaria as minhas demandas e ainda que eu mudasse, ele continuava sendo um mundo construído em cima de ideais cisgêneros que não contemplam minha existência. Após conquistar respeito social depois dos pelos e da voz, precisava manter o segredo das mamas para me inserir sem complicações em alguns meios. Contudo, só após o documento de retificação com meu novo nome de registro pude garantir inserção no mercado de trabalho e em instituições universitárias.

### **3.7 Relato 5: O encontro com a Universidade**

Quando pensei em entrar na universidade me imaginava herói, uma pessoa bem-sucedida, o próprio peão do xadrez quando consegue atravessar o tabuleiro até o outro lado. Era, portanto, uma meta de vida chegar nesse lugar que eu sequer sabia o que de fato era. Apesar de ainda no ensino médio prestar Enem e ter passado para uma universidade estadual, naquela época não seria possível a mim progredir em nada antes de ter um nome pelo menos, muita coisa antecede esse sonho e ao conhecer a vida proletária e a corrida no mundo sem renda nem humanidade digna passei a considerar esse sonho uma utopia para pessoa como eu.

A primeira vez que passei numa prova do Enem eu tinha 17 anos de idade, na segunda 18, na terceira 19. Em nenhuma dessas ingressei na universidade por escolha, ao menos é o que dizem. Na verdade, não havia escolha quando não havia sequer um nome para preencher na matrícula. Apenas com 26 anos prestei Enem novamente e entrei na universidade, àquela altura já havia conquistado ao menos o direito a um documento que pudesse me fazer existir dentro da vida social. Esta por si mesma já era uma desvantagem que percebia diante dos desafios que jovens cisgêneros passam para acessar a academia ou quaisquer outros espaços políticos e institucionais, onde o passaporte é um documento de identificação. O não direito à cidadania implica no não direito à vida social tampouco a ascensão e sucesso pessoal.

A forma como sempre me identifiquei com a escrita me aproximou de mim e me libertou dos outros. A relação com a leitura era uma fuga do mundo durante a infância e adolescência e isso me ofereceu estímulos e perspectivas que meu contexto social em Livramento não me permitia enxergar. Em 2016, tomei uma decisão ousada de sair do trabalho formal, que me garantia teto e um mínimo de estabilidade econômica para sobreviver e resolvi tentar ingressar na UFPB. Meus planos eram apostar na assistência estudantil e conseguir avançar do modo sobrevivência para de fato viver e fazer as coisas que desejava. Prestei novamente o Enem e passei. Agora já tinha um rosto e um documento, assim então já me seria possível começar uma vida social, profissional e política.

Ao ingressar na instituição Federal, logo busquei assistência da PRAPE (Pró Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante) para concorrer às bolsas estudantis de auxílio moradia (570 reais à época) e consegui, visto ser comprovada minha vulnerabilidade social na cidade.

Por quatro anos tive o apoio dessa bolsa para custear um aluguel e por seis meses enquanto bolsista inserido em projeto de pesquisa e extensão, que para além desse período enquanto bolsista oficial e educador popular, também atuei durante os quatro anos de existência do projeto na comunidade onde residia, Santa Clara, situada no mesmo bairro que o

campus da Universidade, Castelo Branco. O restante da sobrevivência era proveniente dos incertos bicos noturnos que fazia em bares e restaurantes do centro. Obviamente minha vida financeira era um completo caos econômico e o auxílio aluguel apesar de me resguardar sob um teto (dividindo com colegas) não me garantiria estrutura de fato para minha permanência no curso. Tive que enfrentar inúmeros desafios para concluir e para me manter de pé, entre insegurança alimentar e pressão psíquica. Se já nasci em berço precário, dentro da classe social mais baixa, então a vulnerabilidade social já seria algo esperado, contudo ela se amplifica quando se trazem à tona outros elementos contextuais como a identidade de gênero. Quando falo de vulnerabilidade me refiro à posição passiva de risco ou fragilidade de um corpo exposto à opressão, violência e negligência social.

A consciência social e política sobre tudo que me perpassa tem relação direta com meu ingresso na universidade no ano de 2016, ainda sem saber muito o que queria. As Ciências sociais não era exatamente a minha escolha quando entrei na graduação, no entanto foi para mim uma área que contribuiu fortemente para o entendimento mais amplo das experiências que passei. Os processos de desdobramento e enfrentamento sempre violentos foram o percurso até os portões da Universidade e os desafios constantes de permanência nela constituem um caminho cansativo e desgastante, que poderia fazer de mim um desistente em potencial, contudo escrever esse trabalho significa subverter e transgredir todas as lógicas que me disseram o contrário. As fronteiras que atravessam todo meu processo são ao mesmo tempo também as questões temáticas estudadas na grade curricular do meu curso. Me enxerguei sendo estudado por cientistas sociais que ingressavam no tema da transsexualidade ao mesmo tempo que sentava na mesma cadeira que se sentaram antes de mim e essa percepção me trouxe inquietações legítimas e interessantes sobre as perspectivas de narrativas que encontrei na academia enquanto vivia na prática os dois lados da moeda nesse contexto.

Durante a graduação em Ciências Sociais, ao passo que estudava as bibliografias e autores passados nas ementas das disciplinas enxergava melhor e mais de perto a contradição de tudo aquilo. Agora mesmo, enquanto escrevo este trabalho de conclusão de curso, sinto fome e não tenho suprimentos na geladeira. Elaborar um raciocínio simples de barriga vazia é muito mais difícil que passar em qualquer avaliação de alta concorrência tendo se alimentado antes. Em vários momentos deste percurso pensei em desistir, e muitas vezes não o fiz devido meu aluguel (condições de moradia) depender daquele auxílio. Não dispunha dos mesmos acessos que meus colegas de curso, fui vendo um por um da turma de 2016 saindo, indo para seus mestrados, alguns hoje já atuando em suas áreas. Não me frustrava em termos de me sentir para trás em relação aos meus colegas de curso, mas sim em ser deixado para trás

naturalmente naquele jogo onde me coloquei num tabuleiro sem ter as peças para movimentar-me nele. Ainda assim, exerci meu papel político, atuando enquanto educador popular, na luta para não desacreditar na força do conhecimento que se cria no enfrentamento a realidade social imposta, acumulado a partir das minhas vivências, também no encontro com outros sujeitos fora da Universidade e dentro dela, colegas dissidentes em termos de gênero, raça e classe, docentes interessados na vida para além dos muros da instituição e das fronteiras desse sistema.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

##### *Transgredir.*

Este trabalho auto etnográfico permite perceber as especificidades de uma *transgressão* que reivindica o direito à vida frente aos projetos de extermínios e entaves a uma vida plena impostos a uma parcela da população empobrecida, estigmatizada, invisibilizada. Tal como, nos leva a observar a interseccionalidade de questões que se atravessam paralelamente num só indivíduo, potencializando sua condição limitada de ascensão em quaisquer âmbitos da vida.

Dando ênfase à questão da transgeneridade, é possível admitir que o sucesso na vida das pessoas trans apresenta-se como um desafio que perpassa um renascimento social e que se atrelada a outros marcadores sociais de estigmatização como a raça e a classe pode denotar um lugar de confinamento e inércia cercado de fogo, onde é preciso transgredir para além do que se suporta. Finalizar este trabalho implica muito mais que sua finalidade prática e técnica para o mundo funcional (o diploma). Este é um ato de transgressão que problematiza questões relevantes à vida social e aos estudos sociais a partir de um ponto de vista legítimo. Reconheço-me enquanto ser político após adquirir conhecimento e a aparência que almejei, quando me vejo em mim mesmo e me faço visto pelos outros, quando descubro que sou também um ser de direitos no mundo social onde convivo e circulo. As alterações corporais e jurídicas evidenciaram o que me separa e o que me une ao todo normativo. O esforço humano para cumprir com todos os requisitos da inserção social evidenciam o que me une e o que me separa da ascensão social.

No que diz respeito aos processos transgressores, neste trabalho não se considera a trajetória apenas pela perspectiva da transgeneridade submetida ao cisterrorismo. Ainda que este seja o olhar de partida nessa reflexão crítica sobre os fatos apresentados, busca-se

enfatizar o processo de resistência em todos os âmbitos sociais afetados por alguma estigmatização para se chegar à finalização deste trabalho. Apesar do intercruzamento de fenômenos que aparecem como barreiras no desempenho de uma vida plena, aqui estão postas janelas de possibilidades que podem se abrir ao tornarmos visíveis as experiências diretas dos indivíduos a ponto de torná-las objeto da análise científica, evidenciando seu ponto de vista a partir do lugar social que ocupa e das questões que o atravessam, explicitando processos de opressão, luta e resistência frente às imposições estruturais do sistema de produção capitalista. Experienciando a vida a partir do meu lugar e posição social, frente às opressões sistemáticas, existe também uma amplitude de visão, de reconhecimento de fenômenos sociais que atravessam a vida humana, na tentativa de impossibilitá-la. Este reconhecimento, contraditoriamente, demanda e pode instaurar no sujeito que vive consciência social e política. (Crenshaw, 2002)

O manejo dessa consciência perpassa diversos desafios frente a uma materialidade que nega determinadas existências, dificultando acessos básicos de manutenção da vida que atravessam o exercício pleno dessa consciência. A fome é aqui um elemento muito presente que perpassa todos os processos de amadurecimento físico, psíquico, social e intelectual nas vivências relatadas, relacionada sempre a outras questões sociais a ela atreladas. O sofrimento psíquico neste caso não é individual, é ético-político, gerado na dialética exclusão/inclusão. (Sawaia, 2001)

Reconhecendo que o corpo que aqui vos fala é dissidente em termos de gênero, raça e classe - o lugar forjado socialmente a mim situa-se em categorias de opressão e negligência social, mas no agenciamento do que se vive, o que resta é a resistência frente à estrutura capitalista cis temática. O instinto de sobrevivência mostra-se constantemente em alerta durante a trajetória descrita. Lidar com questões como a vulnerabilidade social e insegurança alimentar dentro do mundo capitalista, neoliberal e desigual é o primeiro desafio que se apresenta aqui, atravessando e constituindo também questões subjetivas como a concepção de si e do outro, o preconceito e estigma social baseado em padrões cisgêneros e brancos da classe dominante.

Essa interseccionalidade de elementos pois, demanda um complexo e exaustivo esforço para o alcance de metas pessoais e sociais ou simplesmente para alcançar a dignidade humana no mundo. Transgredir a todos estes sintomas doentios despertados na vida social sugere a um transgressor muito além da habilidade pessoal de resiliência e resistência, mas demanda perspicácia em descobrir e desenvolver estratégias de autoproteção antes de tudo. Transgredir é sobretudo subverter as lógicas colonialistas dos sistemas de dominação e

controle dos corpos aos quais estamos sujeitados e suas ideologias culturais contrapondo as limitações e circunstâncias dadas, lidando com a materialidade e a dimensão subjetiva da realidade.

Os relatos aqui apresentados evidenciam fenômenos da vida social que são em certa dimensão compartilhados por determinados corpos e existências, a partir de categorias e dinâmicas de opressão. Ainda assim, a forma como se arranjam tais processos se dá no entrelace entre historiografia social e história de vida, evidenciando também a importância de que cada vivente possa falar do que vive. Não basta produzir ciência a partir de recortes sociais fragmentados, pois é no entrelace que a vida acontece e o vivente produz conhecimento. A escolha metodológica pela autoetnografia, neste sentido, foi potente visto que as produções existentes atualmente já transgridem a velha lógica positivista, principalmente a partir de lugares de autoria negados socialmente. Esses relatos possibilitam ao leitor acesso a questões ligadas à interpretação dos fatores sociais vivenciados, rememorados, no aspecto relacional entre pesquisador, sujeitos (corpos dissidentes, em específico pessoas trans) e objeto de estudo (pesquisador-pesquisado).

Reconhecendo que todo fazer humano se dá sócio-histórico-culturalmente, o acesso a quem veio antes na defesa da produção científica neste sentido foi fundamental. Ler autorias trans (como Paul Preciado, Viviane Vergueiro e Jota Mombaça) e ferramentas teórico metodológicas de análise a partir da interseccionalidade (contribuições do feminismo negro e transfeminismo) me deu referências de que, ainda que difícil, existem caminhos potentes e possíveis. Da trajetória apresentada até aqui, o corpo que vos fala produz conhecimento, intelectualidade, ciência, estratégias e ferramentas de resistência e luta por transformação social, ainda que muito me seja negado. Não posso negligenciar os passos dados, nem deixar de reconhecer aqueles que também lutam para construir possibilidades de vida e existência. No campo das ciências sociais, há de se considerar a importância do ponto de vista de pessoas trans, racializadas e empobrecidas, para além do que é produzido sobre esses corpos, mas sim a partir dos mesmos. Rasgo-me nessa caminhada, abrindo-me sobre processos dolorosos na assunção de que há relevância científica no conhecimento sobre tais fenômenos sociais a partir de processos vivenciais.

Muitas vezes, foram as ferramentas de expressão livres, as artes, meu refúgio. Neste momento de desfecho, refletindo sobre todo o processo de escrita e produção deste trabalho de conclusão de curso, rememoro um trecho de ritmo e poesia de autoria do mc Froid, que diz: “Eu geralmente mudo o jeito de quem me observa”. O trecho reflete a importância social de interagir, escutar, respeitar, reconhecer e se relacionar com as diversas formas de

existência, fundamentalmente aquelas que se opõem e ultrapassam a lógica opressora imposta. O trabalho contribui com a academia enquanto dispositivo de acesso a formas de produção decolonial do conhecimento, que explicitam a lógica branca e cisgênera que busca determinar, limitar, controlar e despotencializar a vida humana.

## 5 REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L.; REGO, F. C. V. S. do; DURAZZO, L. A Escrita contra a cultura. **Equatorial** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 24 out. 2024.
- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado, 1970
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo sexo – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BECKER, Howard S. Outsiders, 1963
- BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2024. Disponível em: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice.. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549–559, maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 10 set. 2024.
- BLUMER, Herbert. Interacionismo simbólico. 1937
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2019.
- BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 19(1), 95–126, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: **Unifem**, 2002. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod\\_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero\\_KimberleCrenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf). Acesso em: 10 set. 2024.
- DOURADO PORTO, Rayssa Karla; SILVA, Marcos Aurélio da; GUGELMIN, Sílvia Angela. Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8 (16): 219-230, janeiro a abril de 2021. ISSN: 2358-5587
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Barueri/SP, Editora LTC, 1981.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- HINING, Ana Paula Silva.; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e83266, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183266>. Acesso em: 23 set. 2024.
- MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? Medium, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2015. Disponível em <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>
- PRECIADO, Paul. B. *Texto Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. In: *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 8-61.
- SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2. ed., cap. 6, p. 96-118, 2001.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty, *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconforme**: uma análise auto etnográfica da cisgeneridade como normatividade, 2015, 244 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.